

## **ATUALIZAÇÃO SALARIAL 2017**

Como é do conhecimento de todos os trabalhadores, o SITAVA entregou à TAP, no dia 19 do passado mês de dezembro, uma proposta de revisão salarial para o corrente ano, para produzir efeitos a partir do dia 1 de janeiro. Como é também do conhecimento geral, mandam as leis da República, no caso pelo Art. 487º do Código do Trabalho, que a entidade patronal tem 30 dias para dar resposta à iniciativa do sindicato.

Chegados que estamos ao início da primavera e, da parte do Conselho de Administração, os trabalhadores da TAP apenas têm escutado um ensurdecedor silêncio sobre esta matéria. A primeira pergunta, à qual os trabalhadores exigem de imediato uma resposta, é a seguinte:

Afinal o País tem ou não tem leis? E essas leis aplicam-se a todos ou só a alguns? Através dos vários canais de comunicação da empresa, somos diariamente informados, quase em catadupa, dos progressos conseguidos, e dos prémios e recordes que a TAP conquista, sem esquecer o aumento da frota – mais trabalho para todos – com menos trabalhadores em terra.

Com este cenário idílico, o que salta imediatamente à vista é uma de duas coisas: ou o Conselho de Administração anda distraído e muito concentrado nos tais prémios ou, propositadamente, ignora tudo, até a lei, tentando passar a ideia que na TAP não existem trabalhadores e isto é simplesmente obra da ilustre Administração e do seu staff.

Esta não é a realidade. Os trabalhadores da TAP continuam, dia a dia, esforçadamente, a fazer, e muito bem, a sua parte, e é bom que o Conselho de Administração tome nota que a paciência tem limites. Não é aceitável que o C.A continue a ignorar aqueles que são os principais obreiros do trabalho que se vem realizando. Está mais que na hora de dizermos aos responsáveis da empresa, sejam eles Administração ou acionistas, que os trabalhadores de terra são gente que sente, que tem famílias e direitos, que têm que ser respeitados.

Por todas estas razões, é ainda mais incompreensível que o Conselho de Administração continue a ignorar os direitos dos trabalhadores, protelando no tempo as obrigações legais de responder à proposta do SITAVA e de abrir de imediato um processo negocial com vista a implementar rapidamente uma atualização justa dos salários, bem como das cláusulas de expressão pecuniária.

Depois de em 2016, o Conselho de Administração, ter estendido uma espécie de “negociação” até quase ao fim do ano com o exíguo resultado que conhecemos – 0,9% na tabela salarial – este ano, se o C. A. mantiver a atitude autista que tem tido, não nos restará outro caminho que não o da luta. Os verões querem-se quentes e, se a isso formos obrigados, não vacilaremos em dar o nosso contributo para o aquecer ainda mais.

**UNIDOS SOMOS MAIS FORTES**

19-04-2017

[www.sitava.pt](http://www.sitava.pt)

DIRECÇÃO